

PODER PÚBLICO, SABERES MÉDICOS E MEDICINA POPULAR NO TERRITÓRIO DO ACRE (1904-1930)

Sérgio Roberto Gomes de Souza¹

RESUMO: O presente artigo tem como foco uma abordagem sobre as ineficiências dos serviços de saúde pública no Acre, entre os anos de 1904 a 1930, expressas em queixas e pedidos de auxílio por parte da população, em geral, publicados nos jornais editados nas cidades da região, assim como em documentos oficiais produzidos por prefeitos departamentais e governadores do Território Federal do Acre. As diversas evidências encontradas sugerem que as dificuldades de acesso a médicos e medicamentos terminaram por se constituir em importante fator para a expansão de outras artes de curar na região, constituindo uma variada gama de tensões e representações discursivas entre os sujeitos sociais envolvidos nessas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde pública. Médicos. Artes de curar. Amazônia acreana

No dia 10 de novembro de 1922, o jornal *A Reforma* publicou, em sua edição n. 184, matéria sobre o primeiro ano da mudança administrativa do Acre, implantada por meio do Decreto 14.183/1920.² Lembra o periódico que, à época, chegara a Rio Branco, sob aplausos e festejos, o senhor Epaminondas Jácome, recém-nomeado governador pelo presidente da República. A ele caberia a responsabilidade de instalar o novo regime (*A REFORMA*, 10/11/1922, p. 01). Para o jornal *A Reforma*, no entanto, todo esse processo não passara de uma falsa evolução, que em nada mudara a situação do Território, tampouco de seus habitantes. Para exemplificar, tratou dos constantes atrasos salariais a que eram submetidos os poucos funcionários do governo do Acre, os quais tinham recebido apenas parte de seus vencimentos, no final de 1921 (*A REFORMA*, 10/11/1922, p. 01).

Apesar dos problemas, o governador Epaminondas Jácome foi isento de culpa pela asfixia por que estavam passando seus auxiliares e toda

¹ Doutor em História, Professor da Universidade Federal do Acre.

² Em 04 de abril de 1920 o então presidente da República, Wenceslau Brás, assinou o Decreto n. 14.383, extinguindo o modelo departamental e instituindo o regime de governadores, com os ocupantes do novo cargo sendo nomeados pelo governo federal. O primeiro a ser “agraciado” foi o potiguar Epaminondas Jácome, em 1º de janeiro de 1921 (SILVA, 2012).

a administração. A responsabilidade pela crise deveria recair, segundo o citado jornal, sobre os altos poderes da República, que cerravam ouvidos aos clamores dos habitantes do Acre, negando-lhes tudo e quando, por um requinte de generosidade atendia-lhes, concedia apenas a milésima parte do que tinham direito (A REFORMA, 10/11/1922, p. 01). Conforme o texto, os fatos serviam para expressar que o novo regime administrativo não correspondia à expectativa dos acreanos, pois prejudicava “a marcha progressiva para a completa autonomia, almejada pelos defensores da integridade deste pedaço de terra brasileira” (A REFORMA, 10/11/1922, p. 01). A perspectiva autonomista era o fundamento da crítica ao governo federal, expressando o que segmentos da sociedade local tinham como referência: a elevação do Território do Acre à condição de um estado da Federação.

No que diz respeito à situação dos serviços de saúde, percebe-se que, efetivamente, pouca coisa havia mudado, comparados o período departamental e o regime dos governadores. Os problemas persistiam, tais como a falta de recursos e profissionais habilitados, sempre aludidos como fatores que impediam a necessária organização e oferta da assistência pública. O tema esteve presente nas páginas dos jornais editados no Território do Acre, desde a primeira década do século XX, nos quais se lia com certa frequência sobre as deficiências dos órgãos públicos de higiene e, conseqüentemente, sobre os precários serviços que eram oferecidos por eles. No dia 22 de outubro de 1911, por exemplo, o jornal *O Município*, editado na cidade de Tarauacá, publicou, em sua edição número 56, matéria sobre a situação da saúde pública no Departamento do Juruá, definindo-a como preocupante. Entre os diversos motivos elencados pelo periódico para fazer tal afirmação, destaca-se a falta de médicos, o que deixava a população à mercê “dos diagnósticos de curiosos e dos regimes das pílulas que tudo curavam” (O MUNICÍPIO, 22/10/1911, p. 02).

A culpa imputada ao clima regional, apontado por alguns como o principal responsável pela proliferação de doenças, foi contestada na referida publicação. O problema, segundo o citado jornal, estaria no comportamento desregrado da população, em relação a seus hábitos alimentares, consumo de bebidas alcoólicas e, principalmente, na falta de serviços de saúde, como se observa na seguinte passagem: “... já temos um bom contingente roubado

da indústria extrativa, devido à falta de operações cirúrgicas” (O MUNICÍPIO, 22/10/1911, p. 02). O cenário tornava-se propício para que os *touristes*, denominação dada pelo periódico a médicos que passavam curtas temporadas no Território exercendo o ofício, se deslocassem com frequência, em busca de ganhos financeiros fáceis:

Curando pouco de saúde pública, tratam quase que exclusivamente de, com seus preços exorbitantes, locupletar-se regressando pouco tempo depois aos penates,³ com tendência a príncipe russo. Só a assistência pública poderá dar termo a este lastimável estado em que se acha exposta a saúde pública no Território (O MUNICÍPIO, 22/10/1911, p. 02).

Dez anos após, já sob a tutela do regime administrativo dos governadores, a limitada capacidade que tinha o poder público, para promover ações de assistência na área de saúde, continuava a gerar insatisfação. Os dois principais problemas, considerando correspondências de moradores que foram enviadas e publicadas por jornais acreanos, na década de 1920, eram a falta de serviço médico gratuito e de hospitais. Em sua edição número 366, o jornal *Folha do Acre*, editado na cidade de Rio Branco, deu publicidade a um desses escritos que havia sido enviado por José Rego da Costa, recém-chegado à vila Brasília, então Distrito do município de Xapuri. Nos parágrafos iniciais, o autor descreveu o estado sanitário da localidade, como precário, com o agravante de que a Delegacia de Higiene, responsável pelos serviços de assistência pública na região, não dispunha de “...um médico sequer para atender as necessidades do povo” (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01), fato que constatou a partir do momento em que viu frustradas, as tentativas de se realizar uma pequena intervenção cirúrgica em sua filha.

José Rego da Costa também comentou que costumava a circular por colônias agrícolas nas circunvizinhanças de Brasília. Durante essas andanças, disse que mantinha contato com os moradores destas localidades, de quem costumava escutar reclamações sobre a situação de abandono em que encontrava-se a saúde pública, o que terminou por confirmar, ao observar que, nas residências por onde passava “não via uma só que não tivesse um, dois ou

³ Sinônimo de casa, domicílio, lar.

três enfermos” (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01). O cenário não modificava-se quando se tratava da sede da vila, caracterizada pelo recém-chegado morador como um local cercado por imensos igarapés onde, “entre emanações pútridas, proliferava em abundância a terrível *anophelina*” (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01). A carta foi encerrada com um apelo às autoridades:

Faz-se preciso a permanência aqui de um médico para atender as necessidades desta cidade e do Alto Acre. É preciso, porém, que o médico preste seus serviços gratuitos aos necessitados e por isso deve ser um delegado de saúde pública com honorários para tal fim. É indispensável que no desempenho de sua missão ele coloque acima da pequenez dos seus interesses o bem estar da coletividade, prestando os seus serviços à pobreza, indo mesmo a colônia quando for chamado em sua presença (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01).

Na mesma edição, o referido jornal emitiu opiniões sobre os serviços de saúde em Rio Branco. Segundo o que fora publicado, mesmo existindo na capital do Território uma assistência pública zelosa do seu *desideratum*, era comum “a cada passo encontrar pessoas chagadas e acometidas por outras enfermidades, oferecendo-nos o ensejo de não esquecermos que nossa população proletária estava se aniquilando” (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01). A impressão de que zelo, não significava a inexistência de problemas, parece ter-se consolidado, após a visita de profissionais do periódico à casa onde funcionavam a farmácia e o consultório da assistência, para onde foram transferidos os doentes, após o fechamento do hospital Augusto Monteiro. No local, de onde disseram ter saído deveras contrariados viram, por todos os lados, os necessitados do serviço público a aguardarem por atendimento (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01), em pé, sentados ou deitados, espera que nem sempre resultava em acolhimento, em decorrência do pequeno número de médicos e enfermeiros disponíveis:

Infelizmente, para muitos, a almejada hora não chegou, pois perante a falta de médicos e enfermeiros a diretoria desse serviço havia estabelecido só atender a vinte pessoas em cada segunda-feira, e lá se achavam mais de sessenta. É necessário que haja uma providência, marcando um maior número de dias para atender a essa gente, considerando que há doentes que precisam de remédios e assistência diariamente. Além disso,

tratando-se como se trata de um número de necessitados elevado, é claro que há pessoas que para serem atendidas têm que se apresentarem três ou quatro semanas consecutivas (FOLHA DO ACRE, 30/06/1921, p. 01).

As dificuldades de acesso à assistência pública eram, muitas vezes, agravadas pela descontinuidade dos serviços. No caso de Rio Branco, o fechamento, por um determinado período, do hospital Augusto Monteiro, provocou reações da população, que passou a pedir providências para que fosse reaberto o local onde, anteriormente, os necessitados buscavam por assistência médica e hospitalar. Correspondência com este fim, intitulada: “Por Amor a Deus”, dirigida às autoridades do Território e à “Sociedade Beneficente Plácido de Castro”, foi publicada pelo jornal *Folha do Acre*, em sua edição número 368, de 14 de junho de 1921:

Como se deixa, senhor redator, em verdadeiro abandono aquela casa construída com tanto sacrifício pela população, que bastante concorreu para a execução daquela obra? O governador, não tendo recursos para manter o Hospital entregou-o a uma associação composta de humanitários cavalheiros que estão a espera dos medicamentos prometidos pelo senhor governador, medicamentos esses “que estão sendo esperados” e enquanto não chegam o pobre enfermo morre a míngua dos recursos, porque nem mesmo a assistência pública tem um vidro de remédio. Que miséria! (FOLHA DO ACRE, 14/07/1921, p. 03).

Um exemplo grotesco, das dificuldades que tinham os que dependiam de auxílio do governo para a realização de tratamento de saúde, pode ser observado em nota publicada na edição número 369, do mesmo jornal. Tratava-se de um indigente que perambulava pela região central da cidade de Rio Branco e, desde algum tempo, andava com o corpo coberto por larvas. Sem receber auxílio de nenhuma instituição pública, ou mesmo particular, que poderia fazê-lo como um ato filantrópico, veio a falecer. A *Folha do Acre* registrou o óbito, deixando claro que o único gesto de solidariedade que o homem recebera foi do destacamento da Força Policial da capital do Território, mas isso quando já havia falecido. Segundo consta, os policiais tiveram a preocupação de retirar o corpo da região central da cidade e providenciar seu enterramento:

Ontem amanheceu morto o homem que, há uns dez dias, vinha todo comido por tapurús, agonizando dentro do coreto que demora na Praça Municipal. Morreu como um filósofo. Não pediu ajuda e nem se queixou, e só a polícia (a polícia somente) se incomodou com ele para que o corpo fosse sepultado (JORNAL FOLHA DO ACRE, 21/07/1921, p. 01).

Os problemas eram tão explícitos que, mesmo as autoridades do Território, admitiam a situação caótica dos serviços públicos de saúde. No dia 05 de outubro de 1928, o intendente do município de Cruzeiro do Sul, coronel Mâncio Lima, apresentou ao Conselho Municipal o relatório de sua administração, posteriormente publicado pelo jornal *O Rebate*, editado no mesmo município. No tópico que tratava sobre saúde constava, já no primeiro parágrafo, que as condições sanitárias do município não eram lisonjeiras (O REBATE, 14/01/1928, p. 03). Segundo argumentou o intendente, mesmo na área urbana, há tempos vinham ocorrendo casos de impaludismo, fazendo inclusive algumas vítimas fatais (O REBATE, 14/01/1928, p. 03).

Se, na cidade, os casos fatais eram poucos, no interior eram frequentes. Conforme o relatório, o problema era que as populações dessas localidades viviam “sem a proteção dos recursos médicos mais rudimentares, lutando contra a absoluta falta de medicamentos” (O REBATE, 14/01/1928, p. 03). Faltava até mesmo o quinino, terapêutica corriqueiramente adotada no combate ao impaludismo, moléstia muito frequente na região. Também eram escassos, os remédios contra a verminose e leishmaniose, esta última denominada por Oswaldo Cruz, em relatório publicado no ano de 1913, como uma doença que caminhava ao lado do impaludismo, “prestando mão forte, matando pouco, mas inutilizando enormemente”. Para completar, conforme o intendente, ainda havia o problema do mal de Hansen, doença que, se não fossem tomadas medidas imediatas, expandiria seu contágio em grandes proporções (CRUZ, 1913, p. 04).

Se o poder público não dispunha de recursos financeiros suficientes para estruturar a área de saúde, o que dificultava a implantação e manutenção de hospitais e postos de assistência, também não se constituía em tarefa das mais fáceis, convencer médicos a mudar para o Acre, com a finalidade de

prestar serviços nos órgãos de higiene. No ano de 1928, por exemplo, o então governador Hugo Ribeiro Carneiro enviou telegrama para o delegado de Higiene do município de Cruzeiro do Sul, ressaltando que, devido às dificuldades de encontrar “profissionais competentes” para prover as necessidades daquela localidade, estava providenciando a ida, em comissão, do delegado de Higiene do município vizinho de Tarauacá. O governador aproveitou para informar que mantivera contato com o Ministro da Justiça, de quem havia solicitado a vinda de médicos da Agência Nacional de Saúde Pública (ANSP), já que não conseguia encontrar quem estivesse disposto a exercer o ofício no Território, de maneira definitiva (O REBATE, 29/04/1928, p. 01).

Os constantes atrasos dos vencimentos, provavelmente, contribuíam para as recusas. Não era incomum, por exemplo, que jornais publicassem avisos de cobrança de salários não pagos, endereçados ao poder público, como se observa na edição número 384 da *Folha do Acre*, de 03 de novembro de 1921:

... a Delegacia Fiscal mandou para o governador deste Território o processo em que Joaquim da Cunha Fontenelle, por seu procurador, pede pagamento da quantia de 500\$ como médico da extinta Companhia Regional do Acre no ano de 1916 (FOLHA DO ACRE, 03/11/1911, p. 02).

Além disso, os valores das remunerações praticadas pareciam não ser atrativos. Na primeira década do século XX, quem recebia a melhor remuneração no Território era o médico Samuel Libanio, diretor de Higiene do Departamento do Alto Purus, cujo salário era de 1:500\$000 (MARIANO, 1908, p. 35). Nos demais departamentos, os valores eram bem inferiores. No Alto Acre, por exemplo, o salário mensal do diretor de Higiene era de 500\$000, abaixo do fixado para o secretário geral da prefeitura e o engenheiro, que recebiam 600\$000 (MATTOS, 1905, p. 27). No departamento do Alto Juruá, o valor ainda era menor, equivalendo a 300\$000 (O CRUZEIRO DO SUL, 03/05/1906, p. 03).

Por outro lado, existem evidências de que os profissionais investidos nos cargos de diretor e delegado de Higiene, nem sempre eram muito atenciosos com suas atribuições na saúde pública, dedicando-se por maior pe-

riodo a negócios particulares. O prefeito do Departamento do Juruá, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, por exemplo, registrou em seu relatório de 1906, que o delegado de Higiene contratado pela prefeitura, apesar de receber recursos do erário público, priorizava uma bodega e uma farmácia da qual era sócio (AZEVEDO, 1906, p. 24). De maneira mais abrangente, disse também que “os clínicos que por lá apareciam miravam somente os ganhos pingues e rápidos, não demonstrando nenhuma preocupação com o exame das condições climatológicas” (O CRUZEIRO DO SUL, 17/06/1906, p. 05).

Ao que parece, a maioria dos médicos radicados no Acre preferiam trabalhar nos seus consultórios particulares, mesmo que tivessem algum cargo público. O atendimento aos enfermos que necessitavam e dispunham de recursos para pagar por seus serviços, dava-se na maioria das vezes em farmácias, o que possibilitava a aquisição imediata dos medicamentos prescritos e considerável aumento dos ganhos, já que os esculápios frequentemente eram proprietários ou sócios destes estabelecimentos. Observe-se, como exemplo, o anúncio da Farmácia Mattos, de propriedade de Ruy Alencar Mattos, publicado no jornal *O Alto Purus*, em sua edição número 224: “Grande depósito de drogas e produtos químico-farmacêuticos, completo sortimento de homeopatia. Consultório médico do Dr. Astolpho Margarido da Silva, o qual pode ser procurado das 9 horas às 11 horas e das 2 horas às 4 horas da tarde” (O ALTO PURUS, 22/12/1912, p. 04). O fato repetia-se nos demais departamentos. Consta na edição número 95 do Jornal *Folha do Acre*, de 15 de setembro de 1912, que o sírio Mamed Chabum, após ser agredido a golpes de navalha por seu patrício Arsen Kaqui, em uma rua da região central de Rio Branco, foi levado para uma farmácia. Lá chegando, teria sido atendido pelos médicos J. Fabiano Alves, que exercia o cargo de delegado de Higiene de Rio Branco, e Domingos Carneiro. Ambos mantinham consultórios no local (JORNAL FOLHA DO ACRE, 15/09/1912, p. 04).

Ressalte-se que, de acordo com o artigo 257 do Decreto 5.156, de 08 de março de 1904, o exercício simultâneo da medicina e da farmácia era expressamente proibido, mesmo que o médico possuísse o título de farmacêutico. O mencionado artigo também estabelecia que nenhum médico poderia preparar e fornecer medicamentos, ter sociedade ou fazer contrato com farmacêutico ou droguista para exploração da indústria da farmácia (BRASIL, 1911).

O regime dos governadores, que substituiu o regime de prefeituras departamentais, não promoveu mudanças estruturais expressivas na organização e oferta dos serviços de saúde pública no Território do Acre. Um dos principais problemas era o acesso a assistência pública, aí compreendidas as consultas, cirurgias, injeções, internações e curativos.

Observe-se que a primeira instituição criada no Acre, destinada ao atendimento de doentes que precisavam de assistência médica, mas não podiam pagar pelos serviços, foi o hospital de Sena Madureira, inaugurado no dia 22 de maio de 1908 (O ALTO PURUS, 21/07/1910, p. 01). Construído e mantido pela Sociedade Beneficente 22 de Maio, tinha por finalidade oferecer atendimento médico a pensionistas e indigentes.

No Departamento do Alto Juruá, em 24 de junho de 1917, foi inaugurado o Hospital de Caridade de Cruzeiro do Sul, instituição com características semelhantes à de Sena Madureira, construída a partir de movimento liderado pela Loja Maçônica Fraternidade Acreana. Sua construção e, posteriormente, sua manutenção, foram financiadas através de doações de particulares e recursos de quotas lotéricas (O CRUZEIRO DO SUL, 01/02/1908, 02).

No caso da cidade de Rio Branco, sede do Departamento do Alto Acre e, a partir de 1921, capital do Território, o hospital de Rio Branco, depois denominado Augusto Monteiro, foi inaugurado no dia 13 de maio de 1918, conforme matéria publicada pelo jornal *Folha do Acre* (FOLHA DO ACRE, 16/05/1918, p. 01). Construído e mantido, majoritariamente, com recursos particulares, prestava, assim como as outras duas instituições mencionadas, serviços médicos à pensionistas e indigentes (FOLHA DO ACRE, 16/05/1918, p. 01).

No período dos governadores, especificamente durante a administração de Hugo Ribeiro Carneiro, foram criados o isolamento para os leprosos, a *Pro-Matre*, o hospital dos tuberculosos e, no município de Xapuri, o hospital Epaminondas Jácome, inaugurados no ano de 1928, como parte da política de aparelhamento hospitalar do Acre (CARNEIRO, 1930). O financiamento das novas instituições de saúde, assim como das que já existiam no Território, permaneceu como um problema para os governadores que, frequentemente, viam-se

obrigados a recorrer à filantropia para mantê-las em funcionamento, assim como faziam os prefeitos departamentais.

As outras artes de curar no Acre

O fato de o poder público encontrar dificuldades para estruturar os serviços de saúde, pode ter contribuído, para que considerável parcela dos moradores do Acre intensificasse a busca por outras artes de curar, aumentando com isso o prestígio da medicina popular no Território.

Observe-se que ações de cura fundadas em saberes tradicionais foram objetos de debates no Brasil, desde o início da colonização. A partir do momento em que os portugueses iniciaram o processo de ocupação e exploração de sua possessão na América, viram-se às voltas com a necessidade de enfrentar as doenças que acometiam os patrícios que migravam para o Novo Mundo. Segundo Luiz Otávio Ferreira, as práticas de medicina que passaram a ser desenvolvidas foram forjadas a partir da “convivência e combinação de três tradições culturais distintas: indígena, africana e europeia, com inexpressiva participação dos profissionais de formação acadêmica” (FERREIRA, 2003, p. 101).

Nos primórdios da colonização do Brasil, não foram os profissionais médicos que estiveram à frente das artes de curar. Esse ofício, predominantemente, ficou a cargo de “... curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões” (FERREIRA, 2003, p. 101). O número insuficiente de médicos para atender às demandas da população constituiu-se em importante fator a propiciar a atuação de outros personagens, que passaram a assumir um papel antes reservado exclusivamente aos doutores em medicina (FERREIRA, 2003, p. 101). Ressalte-se que, à época, era difícil estabelecer rígidas fronteiras entre a medicina acadêmica e a medicina popular, considerando-se que a primeira “expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundado numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença” (FERREIRA, 2003, p. 101).

A tradição da medicina popular não se esgotou com o fim do período colonial. Manteve-se durante o Império expressando-se, por exemplo, nas diversas formas de resistência desenvolvidas por parte da população às cam-

panhas vacínicas. Sidney Chalhoub destacou que “a inoculação⁴ de pus variólico realizada por curiosos – talvez não só por eles – era prática comum tanto na Corte quanto no interior do país ao longo do século XIX” (CHALHOUB, 1996, p. 128). Nomes como José Pereira do Rego, o Barão do Lavradio, responsabilizaram a variolização por difundir o terror entre a população, que não conseguia distingui-la com clareza da vacinação, e temia pela disseminação da doença. O Barão do Lavradio não externou nenhuma dúvida quando afirmou que esse era o principal fator que levava à recusa ao método profilático da vacina, contribuído para o agravamento de uma epidemia de bexigas ocorrida em Pernambuco, no ano de 1873 (CHALHOUB, 1996, p. 127). Opinião contrária, no entanto, foi expressa por um vacinador designado para atender um povoado denominado de Inhaúma. Segundo disse, um dos principais motivos para as negativas, devia-se ao fato de que “muitos já se achavam vacinados e por isso não recorriam a vacina” (Ibidem). A afirmação reforça a concepção de que não formados tinham participação efetiva em ações de imunização, e que os métodos que desenvolviam eram recebidos com credulidade por considerável parcela dos habitantes do Brasil imperial.

Como se pode constatar, nos registros feitos por médicos do Instituto Oswaldo Cruz, nas duas primeiras décadas do século XX, encontram-se importantes informações sobre a prática de medicina popular no Brasil republicano. Fonte histórica de grande relevância para pesquisadores que se interessam

⁴ De acordo com Sidney Chalhoub, a história do combate a varíola passa pela inoculação e, posteriormente, a vacinação. A ideia da inoculação teve sua origem em tradições de medicina popular de várias partes do mundo, em um período que remonta a antiguidade, assente na crença de que certas moléstias poderiam ser evitadas, através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir. Vários são os registros de técnicas de inoculação ou variolização. Os hindus, por exemplo, guardavam durante certo tempo roupas contaminadas por doentes com varíola, para depois cortá-las em pequenos pedaços que seriam aplicados em escoriações intencionalmente provocadas. Já os chineses, costumavam reduzir a pó a crosta das feridas retiradas dos enfermos, para depois assoprá-las, utilizando para tanto um pequeno pedaço de bambu, nas narinas de quem pretendiam imunizar. Dessa forma, retirar fragmentos das feridas ou resquícios de pus de um varioloso, inoculando-o, na sequência, em uma pessoa saudável constituía-se em uma, entre diversas técnicas utilizadas com a finalidade de prevenir a doença. A perspectiva presente, nesses mais variados saberes e fazeres, era adquirir imunidade contra certas doenças graves, que as observações empíricas haviam possibilitado a percepção de que se manifestavam somente uma vez. A intenção era provocar um ataque atenuado do mal, para proteger uma vítima em potencial (CHALHOUB, 1996, pp. 102 a 103).

pela temática é o relatório denominado “Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás”, de autoria de Belisário Penna e Arthur Neiva. O documento foi publicado no ano de 1912, após expedição realizada por requisição da Inspetoria de Obras Contra a Seca, dirigida no período por Arrojado Lisboa. Em um tópico intitulado “Terapêutica Popular”, os pesquisadores descreveram práticas de cura que faziam parte do cotidiano de moradores de algumas das localidades visitadas que, em decorrência da impossibilidade de acesso a médicos e medicamentos convencionais, “procuravam auxílio da flora e fauna locais a fim de se tratarem” (PENNA; NEIVA, 1912, p. 161).

As relações que as instituições públicas e setores letrados da sociedade brasileira mantiveram com a medicina popular foram caracterizadas por paradoxos. Os médicos, por exemplo, perceberam que não era possível simplesmente negá-la ou ignorá-la, devido à inserção e legitimidade destas práticas junto à grande parcela da população. Dessa forma, não podendo simplesmente denunciar o “charlatanismo” ou a “ignorância popular”, viam-se obrigados a dialogar com essa tradição, “disputando em condições desfavoráveis a autoridade cultural no campo da arte de curar” (FERREIRA, 2003, p. 119). Assim, a legitimidade do médico e da medicina, na forma em que é conhecida nos dias atuais, foi constituída em meio a um processo de intensa disputa, caracterizado por “dissensos, consensos e ampla negociação política entre médicos e outras categorias de curadores” (FERREIRA *et al*, 2001, p. 61).

Foi publicado um conjunto de leis, na fase inicial da República, tornando obrigatório o diploma ou o reconhecimento das autoridades, para o exercício de práticas de cura, mas não foi isso que ocorreu no dia a dia. No Território do Acre, por exemplo, algumas referências à medicina popular podem ser encontradas nos relatórios das Prefeituras Departamentais. O prefeito do Alto Acre, José Plácido de Castro, fez constar em seu relatório de 1906 que a população do Departamento que administrava, era constituída em sua maioria por ignorantes e supersticiosos, que tinham por hábito recorrer a métodos de cura não racionais, substituindo os médicos e os medicamentos recomendados pela ciência por práticas baseadas em preceitos religiosos e saberes empíricos,

valendo-se de “promessas aos santos, rezas diversas e uma multidão de outros recursos ineficazes às prescrições dos profissionais” (CASTRO, 1906, p. 235). Disse também que prevalecia uma verdadeira aversão às “regras elementares de profilaxia”, único meio seguro, em sua opinião, de se premunir contra os rigores do clima.

No Alto Purus, o prefeito Candido Mariano afirmou que a má fama atribuída ao clima da região devia-se, entre outras coisas, ao fato de que a medicina e o tratamento das moléstias ainda se encontravam em estado empírico, o que explicaria o fato de perecer, em maior número, “os que lançavam mão de todas as espécies de remédios para debelar o mal de que sofriam, que os tratados pelos processos racionais empregados pela medicina” (MARIANO, 1905, p. 11). Três anos após, em seu relatório de 1908, Candido Mariano voltou a tratar do assunto, dessa vez, afirmando que os habitantes do Departamento que administrava aproximavam-se de práticas e praticantes da medicina popular, porque eram ludibriados em sua boa fé (MARIANO, 1905, p. 47).

Com a unificação dos departamentos e a centralização administrativa ocorridos no Território do Acre, no início da década de 1920, referências à medicina popular passaram a constar nos relatórios dos governadores. A maneira como o assunto foi abordado, diferenciava-se da forma como faziam os prefeitos. Nesse “novo” momento, além de posicionar-se de forma contrária a essas práticas, o poder público procurava demonstrar sua intenção de reprimi-las, mesmo que, na maioria das vezes, ficasse restrito ao campo formal das legislações que regulamentavam o exercício das profissões na área de saúde.

No relatório do governador Hugo Ribeiro Carneiro, publicado no ano de 1930, encontra-se cópia do comunicado número 295, de 19 de agosto de 1927, no qual o chefe de polícia do Território, José Francisco de Melo, expressando-se em nome do governador, determinou ao delegado auxiliar de polícia da cidade de Rio Branco, Sansão Ferreira Valle, que fossem tomadas medidas enérgicas contra os que insistissem em fazer trabalhos de cura sem que fossem portadores do diploma de médico, recomendando especial atenção aos curandeiros:

De ordem do Sr. Governador do Território, a quem foi levada a denúncia de que pessoas inabilitadas para o exercício da medicina estão, abusivamente, exercendo essas profissões, chamo vossa atenção sobre os falsos profissionais e, sobretudo, contra os curandeiros, recomendando as mais severas medidas policiais, afim de prestigiar a ação dos funcionários da saúde pública do território (CARNEIRO, 1930, p. 164).

Mesmo não sendo de maneira frequente, setores da imprensa também cobravam posicionamento das autoridades. Em sua edição 606, de 31 de dezembro de 1927, a *Folha do Acre* publicou nota, na qual denunciava que pessoas inabilitadas estavam exercendo os ofícios de médico e farmacêutico em Rio Branco. O jornal caracterizou o fato como uma “medida de polícia”, e sugeriu ao governador que “oficiasse” aos delegados auxiliares, chamando-lhes atenção contra os falsos profissionais e, sobretudo, contra os curandeiros (FOLHA DO ACRE, 31/12/1927, p. 02).

Curandeiros e feiticeiros no Acre territorial

No Território Federal do Acre, essas outras artes de curar já faziam parte do cotidiano de seus habitantes, antes da chegada da empresa gumífera, na segunda metade do século XIX, bem como da institucionalização do espaço enquanto território brasileiro, a partir de 17 de novembro de 1903. Em um primeiro momento constituíam-se em práticas desenvolvidas por populações indígenas, a partir de uma intensa relação com a fauna e flora existente nos territórios que ocupavam. O padre francês Constant Tastevin tratou sobre esses saberes e fazeres em relatório produzido durante viagem ao rio Tarauacá, no ano de 1926. Conforme o religioso, o uso de plantas e ervas fazia parte do cotidiano das populações locais, que as utilizavam para o tratamento de uma diversidade de moléstias:

Os índios conhecem um monte de remédios, todos eles extraídos de vegetais da floresta. Na travessia que fiz em suas companhias, de Transvaal à Revisão, não pude encontrar um só arbusto, uma só folha, um único cipó de que eles não conhecessem o nome e quase sempre as propriedades (TASTEVIN, 1926, p. 193).

Notícias sobre o cultivo e utilização de plantas com fins medicinais, por indígenas que habitavam no Acre, também foram publicadas em jornais editados no Território. Em sua edição de nº 296, de 17 de janeiro de 1920, o jornal *Folha do Acre* produziu matéria intitulada “Nauiki”, relatando que era comum encontrar nos roçados das tribos, cuidadosamente cultivado, um arbusto de cerca de metro e meio de altura, salpicado por vistosas flores grandes e brancas, comumente chamado de *Nauiki*. De acordo com o periódico, o “civilizado” que observasse descuidadamente, geralmente pouco a par dos segredos da floresta, jamais suspeitaria das extraordinárias e surpreendentes propriedades da misteriosa planta. O uso de suas folhas, no entanto, depois de convenientemente preparadas, produziam inomináveis fantasias, sendo também dotadas de diversas propriedades terapêuticas (NAUIKI. FOLHA DO ACRE, 17/01/1920, p. 01).

O Nauiki, segundo o jornal, fazia engordar os “aborígenes”. Para reforçar esta propriedade, preparavam um chá com a casca de certa árvore da floresta conhecida entre os Catuquinas por *Matchani*, e sem nome entre os “civilizados”, do qual bebiam grandes quantidades. A matéria foi concluída com uma indagação: “que surpreendentes resultados se poderia obter de tão extraordinária folha, depois de convenientemente usadas pela moderna terapêutica?” (NAUIKI. FOLHA DO ACRE, 17/01/1920, p. 01).

Em se tratando da fauna, matéria publicada pelo jornal *O Município*, no dia 24 de agosto de 1932, trouxe informações sobre uma substância tóxica extraída de um sapo denominado como “campú”. De acordo com o texto, os Cachinauás a utilizavam, tanto para potencializar o efeito de suas flechas, “com que fulminavam quase instantaneamente os animais que desejavam abater” (O MUNICÍPIO, 25/08/1932, p. 03), como para fazer inoculações em um processo onde o veneno era aplicado sobre escoriações na pele, com o objetivo de tirar panema⁵ e dar felicidade (O MUNICÍPIO, 25/08/1932, p. 03).

Ainda de acordo com *O Município*, com este veneno, causador de alegrias e dissabores, “os aborígenes faziam seus curativos, tiravam urucubacas e curavam moléstias, sem precisar dos cuidados excelentes de um

⁵ Termo utilizado na Amazônia para designar azar na caça ou na pesca (ALMEIDA *et al*, 2002, p. 679).

médico” (O MUNICÍPIO, 25/08/1932, p. 03). Segundo o antropólogo Terry Aquino, a mencionada substância era também indicada no tratamento da febre, dor, amarelo e cansaço (AQUINO *et al*, 2002, p. 608).

A essas práticas de medicina popular somaram-se outras, principalmente as que faziam parte do cotidiano de populações que habitavam no semiárido do Nordeste brasileiro, protagonistas, a partir da segunda metade do século XIX, de intenso movimento populacional em direção à Amazônia, para atuar como mão de obra na exploração do látex e produção da borracha. De acordo com Samuel Benchimol, esses processos migratórios começaram a se intensificar a partir do ano de 1877, quando chegaram aos seringais amazônicos cerca de 4.610 imigrantes oriundos daquela região.⁶ Algumas das artes de curar utilizadas por essas populações podem ser encontradas no já citado relatório produzido por Belisário Penna e Arthur Neiva, a exemplo dos registros feitos durante suas passagens no interior do Piauí:

Em certos lugares do Piauí as mulheres do povo, quando dão a luz, costumam a ingerir uma beberagem onde entra a pimenta. A tesoura que serviu para cortar o cordão umbilical é colocada sob a cabeça da criança a fim de evitar o mal de sete dias (...). A capeba (*Heckeria Petalita* L.) assim como a *Solanum Paniculatum* L. (jurubeba), são utilizadas de vários modos para combater as moléstias de fígado, febres diversas e até a sífilis (PENNA & NEIVA, 1912, p. 163 a164).

Observe-se, no entanto, que a relação entre os imigrantes que ocuparam o Território do Acre, a partir do final do século XIX, e as populações já estabelecidas na região, não se deu de maneira harmoniosa. O padre francês Jean-Baptiste Parrissier, durante “excursão apostólica” ao rio Juruá, no ano de 1898, descreveu como ocorriam às correrias, ação de extermínio de populações indígenas, praticada por grupos de brancos, que intencionavam ocupar determinada área de terra, com intuito de abrir um seringal:

Quando um branco quer se estabelecer num terreno ocupado

⁶ Samuel Benchimol admite que as estatísticas que utiliza são falhas, mas servem para dar uma ligeira ideia do processo migratório de nordestinos para a Amazônia, a partir da segunda metade do século XIX. (BENCHIMOL, 1977, p. 181).

por uma tribo de índios, eis como procede. Ele arma cinco ou seis homens com bons fuzis, pega um para si também e parte em busca da maloca. Quando a acha, ele e seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levadas ao Juruá e vendidas como animais (PAR-RISSIER, 1898, p. 55).

Cerca de dezesseis anos depois, quando também peregrinava pela região do Juruá, o padre Tastevin relatou que os seringueiros haviam definitivamente se estabelecido, transformando a “floresta virgem, que para os índios não era mais do que um vasto terreno de caça, numa verdadeira fábrica de produção de borracha” (TASTEVIN, 1914, p. 149). Quanto ao uso das armas contra os indígenas, argumentou que os brancos foram “forçados a utilizá-las por causa de seus roubos repetidos e pelos seus assassinatos, cometidos, em geral, em circunstância de covardia, de ferocidade, de traição e de abuso de confiança revoltantes” (Idem). De acordo com a perspectiva presente nas análises desenvolvidas pelo religioso, a empresa gumífera propiciou a ocupação produtiva das terras do Acre, em detrimento de seus antigos habitantes e dos processos de genocídio que ocorreram na região.

Tastevin afirmou, no entanto, que o cenário anteriormente descrito não era o mesmo no ano de 1914. É possível que tenha ocorrido uma redução das correrias, a partir da segunda década do século XX, mas isso não significou o fim dos extermínios e das expropriações de territórios indígenas. A crise econômica que se abateu sobre as regiões produtoras de borracha, gerando sérios problemas de escassez de mão de obra, pode ser apontada como causa da diminuição da matança. Uma das soluções encontradas pelos proprietários de seringais foi a gradual incorporação dos indígenas à vida econômica e social das unidades produtoras de borracha, o que terminou por intensificar as relações de troca de informações entre essas populações e os seringueiros. Em decorrência da crise de alimentos, os seringueiros começaram a cultivar roçados de subsistência, a criar animais e plantar árvores frutíferas em suas colocações, práticas terminantemente proibidas pelos patrões, até o início da crise da borracha. Nesse contexto, segundo o antropólogo Mauro Almeida:

o conhecimento da floresta passou a ser vital para as tarefas mais prosaicas e cotidianas, pois a escassez de mercadorias tornava úteis as frutas, enviras (fibras de árvore), as diversas espécies de cipó, pigmentos e óleos obtidos na mata e coco das diversas palmeiras” (ALMEIDA *et al*, 2002, p. 120).

O contato com populações que já habitavam a Amazônia foi fundamental para a construção desse conhecimento. Alguns nordestinos, que não tiveram como regressar a seus estados de origem, tampouco fixar residência nas cidades e vilarejos existentes, intensificaram essa relação, juntando-se com mulheres indígenas e constituindo famílias:

A constituição de famílias, a prática da agricultura e o fabrico da farinha; a caça e a pesca como verdadeiras instituições cotidianas; a criação de pequenos animais; a construção de técnicas adaptadas à floresta; o artesanato com cipós, palhas e outros materiais da mata; o conhecimento das ervas da região para curar doenças; as visitas e as festas; tudo isso fez parte, junto com o trabalho de extração do látex, desse modo de vida novo, que deu a essas pessoas a possibilidade de continuar na região sem a “assistência” anteriormente dada pelo patrão (ALMEIDA *et al*, 2002, p. 120).

Esse processo de aproximação, entre modos de vida heterogêneos, constituiu-se em importante fator para a expansão de outras artes de curar. Observando a bibliografia que trata sobre o tema, percebe-se que entre o final do século XIX e início do século XX, período que corresponde a instalação e desenvolvimento da empresa gumífera, o recurso à medicina popular fazia parte da rotina de considerável parcela dos habitantes da Amazônia, desfrutando de grande prestígio. Segundo Ferreira Reis, índios, seringueiros e caboclos possuíam usos e costumes para o tratamento de seus males, valendo-se do curandeirismo a que se haviam habituado, assente basicamente nas tradições dos pajés e no que as experiências lhes haviam ensinado: “... em todos os seringais, quando não providenciavam à luz do que sabiam no uso de suas drogas e beberagens drásticas, entravam em função os curandeiros que desfrutavam, assim, de um prestígio particular e muito natural” (REIS, 1953, p. 134).

Em um momento ou outro, ocorria dessas práticas serem

contestadas, a exemplo de uma nota denominada “Conselhos”, publicada no jornal *A Reforma*, editado na cidade de Tarauacá, em sua edição 272:

O que diz o atual diretor do Instituto Butantã⁷, Dr. Rudolf Kraus⁸:

O tratamento de envenenamento ofídico, realmente eficaz e que pode salvar a vida é somente o soro antipeçonhento. Todos os outros remédios usados pelo povo, como álcool, plantas e remédios de curandeiros, são de pouca ou nenhuma eficácia (*A REFORMA*, 07/10/1923, p. 02).

Existe, no entanto, um aspecto a ser notado. Nos jornais editados no Território do Acre, nas três primeiras décadas do século XX,⁹ observa-

⁷ “Um surto de peste bubônica que se propagava no porto de Santos em 1899, levou o governo a adquirir a Fazenda Butantã para instalar um laboratório de produção de soro antipeçonhento, vinculado ao Instituto Bacteriológico (atual Adolpho Lutz). Esse laboratório foi reconhecido como instituição autônoma em fevereiro de 1901, sob a denominação de Instituto Serumterápico, sendo designado para primeiro diretor, Vital Brazil Mineiro da Campanha, médico voltado para problemas de saúde pública. Em 1914 foi inaugurado o prédio principal, com as condições necessárias para abrigar os laboratórios, em torno dos quais cresceu uma instituição que combina pesquisa e produção”. Informações retiradas do endereço eletrônico http://www.butantan.gov.br/home/quem_somos.php, acessado no dia 02 de julho de 2014, às 10 horas.

⁸ Rudolf Kraus nasceu em 30 de outubro de 1868, em Mladá Boleslav, na Boêmia, atual República Tcheca. Formou-se em medicina pela Universidade Alemã de Praga, em 1893. No ano seguinte, foi para Viena, e depois seguiu para o Instituto Pasteur de Paris, onde permaneceu durante alguns meses de 1895. Foi convidado então para trabalhar no recém-fundado Instituto Soroterápico Federal de Viena. Nesse instituto, em que ingressou em 1896, logo se destacaria nos estudos sobre as reações sorológicas e imunizações. Em 1903, Kraus trabalhou na estação zoológica de Rovigno, com Fritz Schaudinn, e com Constantini Levaditi no Instituto Pasteur de Paris; dois anos depois fez o curso de protozoologia no Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo. Tornou-se *Privatdozent*, em 1906, da cátedra de patologia geral e experimental na Universidade de Viena, na qual ministrava aulas de imunologia, soroterapia, doenças infecciosas, e malária desde 1901. Os caminhos que levaram Kraus à América do Sul foram traçados também em função de sua situação profissional em Viena. Entre o ingresso no instituto vienense e a partida para a Argentina, onde assumiu a direção do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, Kraus acumulou cursos e períodos de trabalho em importantes instituições. Sua posse na direção do Instituto Butantã, no Brasil, deu-se no ano de 1921. In: CAVALCANTE, Juliana Manzoni. Rudolf Kraus em busca do “ouro da ciência”: a diversidade tropical e a elaboração de novas terapêuticas, 1913 – 1923. *História, ciência, saúde- Manguinhos* vol.20 n.º. 01: Rio de Janeiro Jan./Mar. 2013.

⁹ No decorrer das pesquisas, a edição mais antiga de um jornal produzido no Território do Acre, que foi encontrada, corresponde a n.º 01, de 03 de maio de 1906, de um periódico denominado *O Cruzeiro do Sul*, editado na cidade acreana de mesmo nome.

se uma clara distinção entre os que prescreviam remédios caseiros, homeopáticos ou alopáticos, e os que recorriam ao espiritismo e a magia, com intuito de realizar curas, e praticar adivinhações e ritos que despertassem ódio ou amor. Os primeiros, geralmente, recebiam a denominação de curandeiros, enquanto os segundos, em algumas ocasiões, eram caracterizados como feiticeiros, não havendo, no entanto, um padrão para a utilização do termo.

Sobre os curandeiros, as abordagens eram dúbias, ora expressando o “eminente perigo” que representavam para os que procuravam esses serviços, ora enfatizando suas qualidades relatando, inclusive, casos de cura de enfermidades que não haviam sido resolvidas com terapêuticas indicadas por médicos. No segundo caso, buscava-se ressaltar a capacidade dos curandeiros de descobrir novos produtos medicinais, em meio a plantas e ervas que, após terem suas eficácias comprovadas, passavam também a ser utilizadas pelos médicos. Percebe-se, nesse caso, não uma relação de confronto, mas um processo de complementação de saberes.

A dubiedade com que o tema era tratado pelos jornais, expressava-se em matérias e artigos, bem como em anúncios de medicamentos e uma variedade de outros produtos. Observe-se um anúncio intitulado “Aos Curandeiros”, publicado no jornal *Folha do Acre* em sua edição 515, de 07 de fevereiro de 1926. Tratava-se da oferta de um guia prático de medicina, escrito pelo professor Tavares da Silveira Filho, da Escola de Farmácia de Ouro Preto (MG). A obra é indicada para farmacêuticos, médicos recém-formados e leigos, que desejassem, por diferentes motivos, conhecer e tratar diversas moléstias. Observe-se que a terminologia curandeiros, utilizada no título do anúncio, não se referia somente a pessoas sem formação acadêmica, abrangendo farmacêuticos e médicos habilitados, mas que ainda não haviam adquirido a experiência necessária para exercer o ofício com segurança:

Aos curandeiros:

Apareceu o livro Guia Prático de Medicina Doméstica do professor Tavares da Silveira, da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Obra interessantíssima, como ninguém jamais fez outra igual, escrita em linguagem simples, ao alcance dos leigos. Com seu auxílio, pode-se tratar de todas as moléstias vulgares com

reduzido arsenal terapêutico de sessenta e poucos medicamentos alopáticos e caseiros, com cerca de 250 fórmulas científicas. Descreve os remédios e as doenças, ensina a formular e aviar as receitas em casa, tão bem como na farmácia, dar inúmeros conselhos úteis sobre higiene, profilaxia, pediatria, enfermagem etc. De interesse dos farmacêuticos obrigados a clinicar onde não há médicos e aos profissionais formados recentemente e ainda sem a prática. Útil e indispensável nas fazendas, casas de família, colégios seminários, onde quer que possa aparecer uma doença longe de pronto recurso e que precisar ser atendido por leigos, para não deixar o doente perecer a míngua (FOLHA DO ACRE, 07/02/1926, p. 02).

O anúncio publicado no ano de 1926, período bem posterior às legislações, que estabeleciam a obrigatoriedade de diplomas e títulos para o exercício de ofícios nas áreas de saúde, tornava explícito que, principalmente em localidades onde existiam poucos profissionais habilitados, especificamente médicos, as artes de curar ainda eram realizadas por leigos. O jornal e o anunciante ofereciam um instrumento capaz de facilitar um serviço que, segundo eles, muitas vezes evitava que pessoas morressem sem ter recebido qualquer tipo de assistência.

Também foram encontradas situações nas quais os curandeiros são exaltados, sendo atribuída a eles a cura definitiva de doenças, para as quais nenhuma terapêutica indicada pelos médicos fora eficaz. Assim, não era incomum que os jornais publicassem sobre a descoberta de cura definitiva para a lepra, câncer, tuberculose e outras doenças, por um curandeiro. Um desses casos, publicado no dia 07 de fevereiro de 1926 pelo jornal *O Rebate*, de Cruzeiro do Sul, em sua edição 165, diz respeito às atividades desenvolvidas pelo boliviano Pedro Molina. Segundo o periódico, Pedro Molina era um curandeiro que havia se estabelecido próximo ao rio Juruá, onde passou a realizar admiráveis curas no tratamento da lepra. Para tanto, utilizava de diversas beberagens e unguentos extraídos de vegetais, utilizando-se de um processo do qual era o único conhecedor, de modo que guardava seu segredo a sete chaves (O REBATE, 12/12 /1927, p. 01).

A partir do momento em que estas informações circularam,

Pedro Molina passou a ser muito procurado pelos portadores da enfermidade, “que se transportavam de longínquos pontos, atrás do benfazejo curandeiro” (O REBATE, 12/12 /1927, p. 01). Para atender à clientela, que aumentava na mesma proporção que se espalhava sua fama, Molina construiu, ao lado de sua barraca, uma enorme casa de palha, que passou a funcionar como abrigo para os enfermos que para lá se dirigiam em busca de auxílio (O REBATE, 12/12 /1927, p. 01). O jornal não explica se o curandeiro cobrava pelos atendimentos que realizava ou se os serviços eram gratuitos.

O prestígio do boliviano cresceu ainda mais, a partir do momento em que começaram a ser disseminadas notícias sobre a constatação feita por médicos que atuavam na cidade de Manaus, da cura definitiva de leprosos que receberam seus remédios e cuidados. Segundo o jornal *O Rebate*, os exames realizados nos enfermos detectaram que o bacilo havia sido completamente expurgado, fato caracterizado como “uma sensacional descoberta que estava impressionando extraordinariamente o corpo médico” (O REBATE, 12/12 /1927, p. 01). Neste caso, chama atenção o título da publicação: “A lepra é curável: fato indiscutível”, pelo fato do jornal creditar a suposta proeza, a um praticante de medicina popular.

Nos jornais acreanos pesquisados, as contestações ao ofício dos curandeiros podem ser encontradas, principalmente, em anúncios de farmácias, medicamentos ou consultórios médicos. Nesses casos, depreende-se que a perspectiva era estabelecer limites rígidos entre dois tipos de saberes. O primeiro, apresentado como saber técnico, confiável e eficaz, portanto, com legitimidade para intervir em situações de enfermidade e promover a cura, ou recomendar medidas profiláticas. O outro, geralmente apresentado como saber empírico, caracterizado como ameaça e representado pelas terapêuticas prescritas por curandeiros, que não dispunham de títulos e diplomas legais, e tinham por objetivo principal obter vultosos resultados monetários, através da comercialização de substâncias cuja eficácia não fora comprovada, ludibriando, com isso, a boa-fé de quem procurasse por esses serviços.

No intento de estabelecer diálogos com os conteúdos pertinentes ao tema em discussão, segue-se um anúncio de jornal, no qual se percebe,

claramente, o modo como os não habilitados para a preparação e prescrição de medicamentos eram vistos: uma ameaça a ser evitada. O anúncio da “Farmácia Acreana” (*anúncio 01*), de propriedade do farmacêutico Nilo Bezerra, veicula um alerta sobre os medicamentos prescritos ou preparados por leigos, os quais, segundo o texto em questão, poderiam trazer sérios problemas à saúde de quem os ingerisse. A medida mais eficaz recomendada era o acautelamento do organismo, principalmente dos filhos menores, evitando curandeiros, mezinheiros, e recorrendo apenas a profissionais “devidamente autorizados pela Saúde Pública” (JORNAL FOLHA DO ACRE, 23/01/1927, p. 03) que, de acordo com o texto, estariam à espera da população, no citado estabelecimento comercial.

Anúncio 01: Farmácia Acreana, localizada na cidade de Rio Branco (AC)Fonte:

Pharmacia Acreana
Proprietario — Nilo Bezerra, Pharmaceutico
RIO BRANCO — ACRE — TELEGRAMMA: — ACREANA

Desejais comprar drogas, productos chimicos, especialidades pharmaceuticas aviar o vosso receituario?
Procurai a Pharmacia Acreana cuja direcção technica está a cargo do seu proprietario e verificareis que os seus preços são de uma modicidade excepcional.

TOmai NOTA: O resultado clinico do vosso receituario depende muitavez do criterio profissional que o concepciona.
Não percais tempo: Ide hoje mesmo a **Pharmacia Acreana** para vos convencerdes do que vimos de afirmar.

Abandonai os mezinheiros, os leigos na materia, que nada mais fazem do que impingir aos incautos, as suas panaceas com o fim de obter resultados monetarios avultadissimos.

Os preparados officinaes, xaropes, pastilhas, pilulas depurativos, etc, aprez de fazerem indicação na sua rotulagem, necessitam de competencia para bem ser applicados.

Lembraí-vos que qualquer formula medicamentosa **XAROPE, PILULAS, DEPURATIVO,** poderá trazer lesões bem serias ao vosso organismo.

Cugli dos curandeiros!!
ACAUTELAI O ORGANISMO DOS Vossos FILHOS CONTRA AS MEZINHAS, CONTRA OS REMEDIOS QUE NÃO SEJAM INDICADOS PELO PROFESSIONAL, DEVIDAMENTE AUCTORISADO PELA SAUDE PUBLICA.

Jornal Folha do Acre, 23 de janeiro de 1927, nº 556, p. 03.

Resalte-se que entre os leigos que prescreviam medicamentos, estavam os regatões, comerciantes que cortavam os rios acreanos em pequenas embarcações, negociando diretamente com os seringueiros uma diversidade de produtos, inclusive medicamentos, devidamente acompanhados da posologia. Esse costume foi registrado no já mencionado relatório elaborado pelos médicos da comissão do Instituto Oswaldo Cruz, sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas, publicado no ano de 1913. Consta no documento que esse tipo de comércio, caracterizado pela existência de produtos de má qualidade e prescrições inadequadas, teria se constituído em um dos principais motivos

para a descrença dos seringueiros nos saberes médicos-acadêmicos e suas terapêuticas, o que prejudicava, principalmente, o tratamento dos que contraíam o impaludismo, já que a eficácia do uso da quinina era vista com desconfiança. Por essa perspectiva, os sanitaristas definiram os regatões como “verdadeiros aniquiladores do prestígio profissional, que vendiam para curar impaludismo pílulas de *Reuter*, grãos de saúde, pomada santa, etc., sacrificando deste modo a vida humana e implantando o descrédito da terapêutica” (CRUZ, 1913, p. 22).

Os jornais editados no Território do Acre tinham uma abordagem diferenciada quando dizia respeito a pessoas que se propunham a resolver problemas dos mais diversos através da magia, do espiritismo e de outros sortilégios. Nesse caso, prevaleciam abordagens que, ora referiam-se a esses praticantes com ironia ou deboche, ora enfatizavam os aspectos negativos dos ritos sobrenaturais supostamente realizados.

O anúncio que segue (*anúncio 02*), publicado na edição 690 do jornal *A Reforma*, de 21 de agosto de 1932, enfatiza a suposta ineficácia do uso de rezas e benzeduras,¹⁰ para curar doenças e mal-estar. Essas práticas foram caracterizadas como crendices que, se não faziam mal, também não resolviam os problemas dos enfermos. A publicação exalta as qualidades de um medicamento chamado Cafiaspirina, derivado da aspirina e produzida pela Bayer, empresa de nacionalidade alemã. Destaca-se na mencionada publicação, a imagem de uma “preta velha” realizando uma benzedura em uma moça branca, atormentada por uma dor de cabeça. As vestes da benzedeira, sobressaindo-se o turbante que envolve a cabeça, o manto sobre o vestido branco, uma rústica sandália de couro e, observando de maneira mais acurada, o que parece ser, preso a sua cintura, o

¹⁰ As *rezadeiras* ou *benzedadeiras* são mulheres que realizam as *benzeduras*, termo que abrange um repertório material e simbólico que pode ser bastante abrangente. Para executar esta prática, elas acionam conhecimentos do catolicismo popular, como “súplicas” e “rezas”, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam a sua ajuda. Para compor este ritual de *cura*, as rezadeiras podem utilizar vários elementos acessórios, dentre eles: ramos verdes, gestos em cruz feitos com a mão direita, agulha, linha e pano, além do conjunto de rezas. Estas podem ser executadas na presença do *cliente*, ou à distância. Em seu ofício, de amplo reconhecimento, essas mulheres “rezam” os males de pessoas, animais ou objetos, bastando apenas que alguém diga os seus nomes e onde moram. In: SANTOS, Francimário Vito dos. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. Disponível em: <http://goo.gl/IRuW4A>. Acesso em 09 de julho de 2014, às 11 horas e 56 minutos.

machado de Xangô, remetem a uma pessoa com poucos recursos materiais, importante referência para caracterizá-la como ignorante e, portanto, desprovida de saberes acadêmicos. O texto trata as rezas com galhos de arruda e alecrim como ilusões, apenas promessas para problemas que só seriam resolvidos com o uso da substância sugerida, elaborada a partir de pressupostos técnicos e científicos.

Anúncio 03: A Benzedura



Fonte: A Reforma, 21 de agosto de 1932, ano XV, nº 690, p. 02

Outra forma dos jornais abordarem a referida temática, se dava através de matérias e artigos que tratavam de maneira pejorativa estes fazeres, em geral, caracterizando-os como decorrentes da ignorância e superstição de parcela considerável da população. Foi assim na edição 98, do jornal *O Alto Purus*, de 26 de março de 1909. De início, o texto em questão refere-se a supostas lutas travadas através dos tempos, mais especificamente “desde a infância solitária do primeiro homem das cavernas à maturidade progressiva dos atuais agrupamentos humanos”, envolvendo o espírito contra a matéria e o bem contra o mal. Tais confrontos, conforme a referida matéria, “se prolongariam através das idades futuras, em uma crescente de investigações dolorosas” (*O ALTO PURUS*, 26/03/1909, p. 02).

A belicosa relação, sobre a qual trata o jornal, não significava que determinados fenômenos fossem desconsiderados, principalmente aqueles, “cujas leis desconhecidas levavam o povo a fantasiar milagres, dando crédito a

uma força sobrenatural que se modificaria com a simples invocação feitiçeira de uma prece” (O ALTO PURUS, 26/03/1909, p. 02). Era necessário entendê-los, para então combatê-los. Ler-se no referido texto que eram tantos os crentes nessas forças, e de tão variadas matizes, que o próprio autor manifestou, com ironia, que ele mesmo, pelo menos em certos momentos, gostaria de crer em “alma de outro mundo, benzeduras e quebranto¹¹” (O ALTO PURUS, 26/03/1909, p. 02), desejo originado a partir das constantes observações, que fazia, dos frequentadores da casa de Chica Veneranda, definida como uma mulher entendida nessas coisas, cujas práticas prometiam cura e soluções para diversas enfermidades e problemas, estando entre elas, por exemplo, a “espinhela caída¹²”(O ALTO PURUS, 26/03/1909, p. 02).

As fontes pesquisadas trazem importantes evidências de que, entre os anos de 1904 e 1930, continuou sendo significativo, entre os habitantes do Acre, o uso de saberes e fazeres relacionados às práticas de cura, constituídos, principalmente, a partir de relações empíricas com o espaço da floresta. Um dos fatores que contribuiu para que esse processo ocorresse, foi a frágil estrutura dos serviços públicos de saúde existentes no Território, durante o período citado, o que dificultava o acesso à assistência médica e medicamentosa. A busca por outras artes de curar, nessa perspectiva, pode ser compreendida como uma importante estratégia de sobrevivência, considerando que, para muitos, as práticas de cura tradicionais passaram a representar a única alternativa, para fazer frente às moléstias que se manifestavam de forma endêmica e epidêmica na região.

Quanto ao Estado, este terminou por assumir uma postura dúbia De um lado, estabelecendo um conjunto de normas e regras expressas por meio de leis, regulamentos e decretos, que definiam os aptos a desenvolverem ofícios na área de saúde; por outro, mediante a incapacidade de ofertar serviços de saúde à população, o Estado terminou por agir com certa permissividade, não

¹¹ Doença que vai debilitando o indivíduo, aos poucos, até levá-lo à morte, se a pessoa não procurar alguém que reze. De acordo com a concepção de saúde e doença das rezadeiras, o *olbado* só é curado através de rezas. É proveniente de um fascínio (admiração) que uma determinada pessoa tem sobre qualquer aspecto do ser humano: beleza, forma física, inteligência, etc., ou em qualquer outro aspecto, seja físico ou espiritual, tanto em seres humanos como animais. (SANTOS, 2014).

¹² A *espinhela caída* é uma doença que a pessoa adquire por esforço físico excessivo. Segundo algumas rezadeiras, na tentativa de objetivação deste tipo de doença, disseram que era um *nervinho*, localizado no tórax, que se rompia quando o indivíduo fazia esforço físico em demasia, outras atribuíram à fraqueza. Os sintomas mais comuns são dores e ardências na região do peito, indisposição e esmorecimento nos braços (SANTOS, 2014).

tendo sido encontrados, no decorrer das pesquisas, indícios de posturas mais rigorosas contra os que cometiam o delito de atuar como médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras, sem que tivessem, para tanto, a devida habilitação.

STATE POWER, MEDICAL KNOWLEDGES AND TRADITIONAL MEDICINE IN THE TERRITORY OF ACRE (1904-1930)

RESUMO: This article focusses on the inefficiency of the public health system in Acre, between 1904 and 1930, as emerging from complaints and aid requests written by members of the general public and published in the newspapers of the main cities of the region; and from official documents produced by departmental prefects and governors of the Federal Territory of Acre. The found evidence suggests that the difficulties of access to doctors and medications eventually constituted an important factor in the context of the expansion of other healing methods in the region, with a varied range of social tensions and discursive representations between the social subjects involved in this issue.

KEYWORDS: Public Health. Medical Doctors. Healing Arts. Acrean Amazon.

Referências

A REFORMA, 10 de novembro de 1922, ano V, nº184, p. 01

ALMEIDA, M. B.; CUNHA, M. C. (Orgs.). Enciclopédia da Floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ALMEIDA, M.; DANTE, M. A. M. O serviço sanitário de São Paulo, a saúde pública e a microbiologia. In: DANTE, M. A. M. (org.). Espaços da Ciência no Brasil 1800 – 1930. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

AZEVEDO, G. T. Segundo Relatório semestral apresentado ao exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel do corpo de engenheiros, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá. *Jornal O Cruzeiro do Sul*, edição nº 05, de 10 de junho de 1906; edição nº06, de 17 de junho de 2006, edição nº 07, de 24 de junho de 1906 e edição nº 10, de 15 de julho de 1907

BENCHIMOL, S. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Humberto Calderato, 1977.

BUCI-GLUCKSMANN, C. Gramsci e o Estado. 2ª edição. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 1980.

CARNEIRO, H. R. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Vianna do Castelo, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Governador do Território do Acre, Hugo Ribeiro Carneiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. Acervo: Museu Universitário da Universidade Federal do Acre – UFAC.

CHALHOUB, S. Cidade Febril: Cortiços Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S. *et al* (orgs.). Artes e Ofícios de Curar no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

CRUZ, O. G. Considerações Geraes sobre as Condições Sanitárias do rio Madeira, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910.

CRUZ, O. G. Relatório sobre as Condições Médico-Sanitárias do Valle do Amazonas, apresentado a S, Ex^a o Snr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1913.

CUNHA, M. C. (org.). Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

EDLER, F. C. *et al*. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTE, M. A. M. (org.). Espaços da Ciência no Brasil 1800 – 1930. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FERREIRA, L. O. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 – 1840). In: CHALHOUB, S. (org.) Artes e ofícios de Curar no Brasil. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

FOLHA DO ACRE, 03 de novembro de 1911, ano XII, nº 384, p. 02.

FOLHA DO ACRE, 07 de fevereiro de 1926, ano XV, nº 515, p. 02.

FOLHA DO ACRE, 14 de julho de 1921, ano XI, nº 368, p. 03.

FOLHA DO ACRE, 15 de setembro de 1912, ano III, nº 95, p. 04.

FOLHA DO ACRE, 16 de maio de 1918, ano VIII, nº 283, p. 01.

FOLHA DO ACRE, 17 de janeiro de 1920, ano X, nº 296, p. 01.

FOLHA DO ACRE, 21 de julho de 1921, ano XI, nº 369, p. 01.

FOLHA DO ACRE, 23 de janeiro de 1927, nº 556, p. 03.

FOLHA DO ACRE, 30 de junho de 1921, ano XI, nº 366, p. 01.

FOLHA DO ACRE, 31 de dezembro de 1927, ano XVI, nº 606, p. 02.

MARIANO, C. J. Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905, pelo prefeito Cândido José Mariano. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em <http://goo.gl/GIsIZp>. Acesso em 22de janeiro de 2009.

MARIANO, C. J. Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1906, pelo prefeito Cândido José Mariano. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em <http://goo.gl/GIsIZp>. Acesso em 22de janeiro de 2009.

MARIANO, C. J. Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em 30 de janeiro de 1908, pelo prefeito Cândido José Mariano. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em <http://goo.gl/GIsIZp>. Acesso em 22de janeiro de 2009.

O ALTO PURUS, 21 de julho de 1910, ano III, nº 121, p. 01.

O ALTO PURUS, 22 de dezembro de 1912, ano V, edição nº 224, p. 04.

O ALTO PURUS, 26 de março de 1909, ano II, nº 98, p. 02

O CRUZEIRO DO SUL, 01 de fevereiro de 1908, ano III, nº 53, p. 02.

O CRUZEIRO DO SUL, 03 de maio de 1906, ano I, nº 01, p. 03

O CRUZEIRO DO SUL, 17 de junho de 1906, ano I, nº 07, p. 05.

O MUNICÍPIO, 22 de outubro de 1911, ano II, nº 56, p. 02.

O MUNICÍPIO, 25 de agosto de 1932, ano XXIII, nº 882, p. 03.

Sérgio Roberto Gomes de Souza

O REBATE, 12 de dezembro de 1927, ano VII, nº 165, p. 01.

O REBATE, 14 de janeiro de 1928, ano VIII, nº 205, p. 03

O REBATE, 29 de abril de 1928, ano III, nº 138, p. 01.

PARRISSIER, J. B. Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá. In: CUNHA, M. C. Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do índio, 2009.

PEIXOTO, A. Sobre saneamento da Amazônia. Manaus: Philippe Daou, 1972.

REIS, A. C. F. O Seringal e o Seringueiro. Rio de Janeiro: Documentário da vida rural nº 05, Ministério da Agricultura, Serviço de divulgação Agrícola, 1953.

RODRIGUES, I. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. Novos Cadernos – NAEA, v. 09, nº 01, junho de 2006.

SANTOS, Francimário Vito dos. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. Disponível em: <http://goo.gl/IRuW4A>. Acesso em 09 de julho de 2014, às 11 horas e 56 minutos.

TASTEVIN, C. Na Amazônia (viagem ao Alto Juruá e ao rio Tejo) 1914. In: CUNHA, M. C. Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do índio, 2009.

TASTEVIN, C. O Alto Tarauacá, 1926. In: CUNHA, M. C. Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do índio, 2009.

THIELEN, V. E. *et al.* A Ciência a Caminho da Roça. Imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/casa de Oswaldo Cruz, 1991.

WEBER, B. T. As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república rio grandense – 1889 – 1928. Santa Maria, RS: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

Data de recebimento: 12/11/2014

Data de aceite: 13/12/2014